



PARA TER *GREVE*, É PRECISO *CONVOCAR* *A ASSEMBLEIA!*



A atribuição para 2025 ocorrerá submetendo docentes a uma série de critérios, punindo professores que tiram licenças saúde, valorizando presenças, além de impor a pontuação que os professores podem receber em programas de formação, oferecidos pela Seduc. Para os professores com contratos (categoria O), a pontuação final do processo seletivo terá um peso maior, e somente 10% dela será pelo tempo de serviço, desconsiderando a dedicação à prática docente e aprofundando a política meritocrática.

A recondução de professores contratados é mencionada como uma necessidade para fortalecer a gestão escolar, para “alcançar metas educacionais”, mas fica claro que é uma farsa, pois, exige dedicação exclusiva, sujeitando os professores a trabalharem doentes, já que não podem tirar licença, e a aceitarem assédio moral, para cumprir todas as exigências dos diretores. Muitos professores no estado enfrentam a extinção contratual, por tirarem licença médica, devida a problemas de saúde, ou por não se submeterem ao assédio de direções ou coordenadores.

Professores efetivos, estáveis e categoria F estão submetidos ao número de faltas, incluindo licenças, na sua busca pela ampliação e carga suplementar na atribuição de aulas, o que é uma forma de punição. Os docentes que trabalham no *Programa de Escola em Tempo Integral* continuarão sob “avaliação 360°”, e a gestão das escolas está com total autonomia para decidir se os professores serão ou não realocados, independentemente do resultado da avaliação. A publicação da grade curricular, excluindo, ou reduzindo, o número de aulas, com o impedimento de acúmulos, fechamento de períodos e de salas, causa revolta à categoria.

As resoluções deixam claro que, em 2025, os professores estarão novamente sob ataques, demissões e perseguições do governo Tarcísio/Feder. Não se pode esquecer que o início do ano letivo de 2024 foi marcado pela demissão em massa de professores temporários e, no segundo semestre, a direção não convocou a categoria para dar respostas nas ruas aos ataques do governo Tarcísio, que teve o terreno livre para bater o martelo, e dar início à privatização das escolas públicas.

A direção da Apeoesp fez propaganda, nos meios de comunicação e redes sociais, de

que é necessário preparar a greve, sem colocar em prática os métodos para organizar os professores, sem fazer reuniões com docentes e pais, e principalmente sem fazer a convocação de assembleia, para de fato iniciar a luta. Sem nada disso, a declaração da direção da Apeoesp, de ir à greve, não passa de um blefe.

A categoria mostrou disposição de luta no início do ano, mas foi contida pelas direções traidoras, e também pela maioria das correntes da Oposição Combativa, que se encastelam no interior do sindicato, e o utilizam para seus objetivos eleitorais e particulares, e para conciliar com os ataques do governo contra a categoria. Foi uma traição contra os 40 mil demitidos, que precisavam da luta coletiva para defender os empregos, e também contra o conjunto dos professores, que queriam lutar contra os ataques do governo a seus direitos e salários, e à educação pública.

Em 2025, a única saída será organizar as bases para a luta, e impor à direção da Apeoesp que convoque assembleias, manifestações, atos de rua, greve para barrar os novos ataques, a destruição da carreira e o avanço da precarização dos contratos. Neste ano, a categoria esteve presente massivamente nas assembleias, mas a direção burocrática, e também setores da Oposição Combativa, manobram para dismantelar as tendências de luta, afirmando que a maioria não está convencida da necessidade de luta direta, e assim culpam os professores, e ocultam a sua real face, que submete as lutas à judicialização, ao parlamento e às eleições. Negam os métodos da luta de classes (greves, ocupações, bloqueios e piquetes).

O resultado desse imobilismo se reflete no fortalecimento da política de ataques de Tarcísio/Republicanos, que continuará aplicando medidas antidemocráticas, privatizantes, de sucateamento dos serviços públicos, e de destruição das condições de trabalho do funcionalismo. Para barrá-lo, é preciso ir de fato à greve, mas para isso é preciso convocar a assembleia geral e ir à luta pelas reais necessidades da categoria, sem submetê-las ao governo, ao parlamento ou ao judiciário. ●/

**– PELA ATRIBUIÇÃO COM BASE NO TEMPO DE SERVIÇO!
AMPLIAR O NÚMERO DE AULAS, DE FORMA A QUE AS
SALAS NÃO ULTRAPASSEM OS 25 COM ESTUDANTES!**

**– NENHUM FECHAMENTO DE SALAS NO NOTURNO!
AMPLIAÇÃO DE TURMAS E VAGAS!**

**– REJEITAR A AMPLIAÇÃO DA JORNADA SEM AUMENTO
SALARIAL! MANTER OS 45 MINUTOS!**

**– NENHUMA PUNIÇÃO AOS PROFESSORES QUE SÃO
LEVADOS A FALTAR!**

**– FIM DO ASSÉDIO A DOCENTES! LIBERDADE DE
CÁTEDRA E DE CRÍTICA!**